

A reconstrução dos Paços do Concelho (1928-1939)

Os confrontos entre os manifestantes revolucionários e a polícia monárquica, entre o final do dia 4 e o início do dia 5 de outubro de 1910, resultaram num incêndio que transformou em ruínas o edifício dos Paços do Concelho. Este acontecimento simboliza o expoente máximo da implantação da República em Setúbal, tendo caracterizado a paisagem urbana da Praça de Bocage durante cerca de 29 anos. As diversas discussões políticas sobre a necessidade de reconstruir aquele edifício perduraram até à institucionalização do Estado Novo, obrigando a que os serviços municipais e as repartições públicas que ali funcionavam fossem transferidas para o primeiro edifício do Liceu de Bocage (demolido onde hoje se encontra a Escola Secundária Sebastião da Gama) e que ali permanecessem quase três décadas, com grave prejuízo para o seu funcionamento.

Sob a égide da primeira comissão administrativa da Câmara Municipal nomeada pela Ditadura Militar, o edil Carlos Osório Botelho Moniz foi o responsável pela obtenção de um elevado empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos (5 milhões de escudos) em 8 de julho de 1927. Esta quantia tinha como objetivos o pagamento integral do passivo do município, a ampliação do mercado do Livramento, o investimento na distribuição de água e eletricidade e a reconstrução do edifício dos Paços do Concelho. (*CÓPIA DE ACTA DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA*, 1928, 21 de junho). Em junho de 1928, o arq.^o Raúl Lino – já conhecido na região pelo Palácio da Comenda – tornou-se o responsável pelo projeto de reedificação.

Não obstante, os constrangimentos financeiros municipais, que se fizeram sentir durante o final dos anos 20 e durante toda a década de 1930, foram o motivo principal para que as obras fossem adiadas e para que, posteriormente, em junho de 1932, o então presidente da C. M. de Setúbal, António Joaquim de Melo, tenha posto a hipótese de o Estado se encarregar da concretização da



Liceu de Bocage, onde funcionou a Câmara Municipal desde o incêndio, em 1910, até 1939

reconstrução. Nesse sentido, em 29 de março de 1933 foi publicado o Decreto-lei n.º 22.378, cujo preâmbulo sublinhava as impossibilidades económicas do município e a tutela das obras por parte do Estado. Como contrapartida, o município abdicava do antigo edifício do Liceu de Bocage em favor do Estado. As obras arrancaram pouco depois, tendo apenas ficado concluídas no final de 1938.

Em 4 de maio de 1939, a Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais realizou a entrega oficial dos novos Paços do Concelho ao município, fazendo-se representar através do arq.º Francisco dos Santos e do eng.º Mário Pires Ventura (*A INDÚSTRIA*, 1939, 8 de maio: 1). Após este ato foi solicitado o adiamento da inauguração do edifício, uma vez que este não se encontrava devidamente mobilado e pelo custo que uma sessão solene, com as altas figuras do Governo, representava. A transferência dos equipamentos e mobílias pertencentes aos diferentes departamentos camarários e repartições do Estado foi efetuada de forma gradual, abrindo portas ao público apenas no primeiro dia de agosto (*Ibidem*, 4 de agosto: 1).

A primeira reunião executiva teve lugar no dia 10 do mesmo mês e foi marcada pelo longo discurso do então presidente, Alfredo Perestrelo da Conceição. Além de ter lamentando o extenso período em que as ruínas permaneceram no principal largo da cidade, sublinhou que aquela era mais uma obra do Estado Novo para o processo de transformação e modernização de Setúbal. Agradeceu o papel decisivo do ministro Duarte Pacheco na execução da obra, as

alterações promovidas pelo eng.º Manitto Torres e a ação do falecido capitão António Nunes Correia, antigo edil e ex-chefe dos serviços de obras do município (*Ibidem*, 12 de agosto: 1-3).

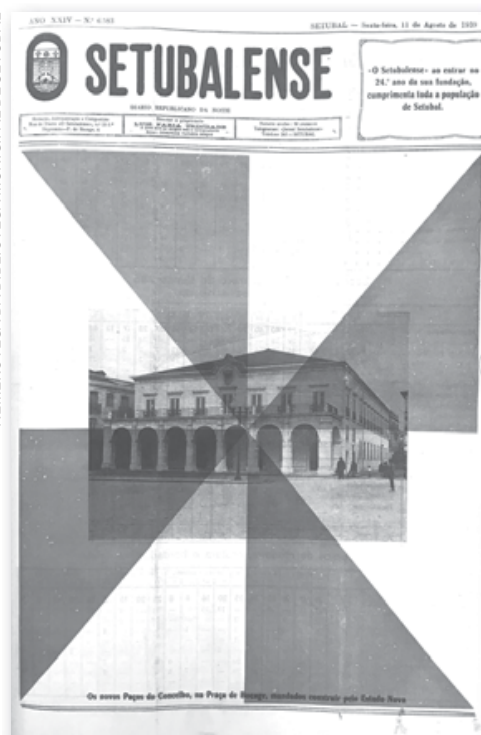
Ainda que não tenha ocorrido nenhuma cerimónia de inauguração do novo edifício, a doação promovida por Olga de Morais Sarmiento de um vasto conjunto de obras e quadros da sua coleção particular, para decoração de três salas do edifício, foi pretexto para um primeiro ato público. Em 4 de novembro, as salas passaram a ter o nome da escritora setubalense e estiverem presentes na ocasião, além da própria, o general Amílcar Mota, Celestino da Costa (presidente do Instituto para a Alta Cultura) e o setubalense Mário Caes Esteves, secretário-geral do Ministério do Interior (*Ibidem*, 11 de novembro: 2). **[DF]**

ANTT-ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO:
PT/TT/EPJS/SF/001-001/0020/0972F



Ruínas dos antigos Paços do Concelho,
O Século, 24/8/1931

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SETÚBAL



O Setubalense (edição especial),
11/8/1939, p. 1